

CDU 396.5(812/814)

## **DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO\***

**Iracema Guimarães & Nadya Castro**  
Professoras da Universidade  
Federal da Bahia\*\*

Os estudos sobre as mudanças na divisão social do trabalho no Nordeste têm apontado para as intensas transformações que afetam a natureza e as relações sociais estabelecidas pelos indivíduos no processo de produzir socialmente a sua existência.

O movimento significativo de urbanização da economia e da sociedade nordestina (GUIMARÃES, 1985; JATOBA, 1985; CARVALHO e CASTRO, 1985) tem destacado o papel das novas atividades (em especial, a indústria e os modernos serviços), exercidas em novos espaços (urbanos e principalmente metropolitanos) na geração do produto (CASTRO e GUIMARÃES, 1987). No seu bojo, altera-se a natureza da atividade ocupacional, não apenas pela emergência de novas formas de trabalho concreto, mas especialmente pelo surgimento de uma nova divisão social das **velhas e novas** tarefas.

---

\* Este texto se constitui numa versão revista da comunicação apresentada em reunião do grupo interinstitucional de pesquisa sobre "Relações de trabalho e relações de poder no Nordeste" realizada em João Pessoa, em maio de 1987.

\*\* Professora do Departamento e do Mestrado em Sociologia e pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia.

Essa re-organização do trabalho social tem na (re) divisão sexual das tarefas produtivas uma das suas principais dimensões. De fato, salta aos olhos, de imediato, a constatação de que as mulheres afluem com maior intensidade ao mercado de trabalho nordestino.

Este fato coloca a necessidade de revisitar-se alguns debates acadêmicos importantes, na medida em que ele é sintomático de muitas outras transformações que vão da economia à cultura, do plano material ao simbólico, dos espaços públicos aos privados, da organização das atividades produtivas à das tarefas de reprodução.

Estimuladas pela necessidade de compreensão do alcance desses novos fatos empíricos, retomamos algumas importantes contribuições da literatura nacional e internacional, procurando sistematizar esforços interpretativos já desenvolvidos e que nos permitem re-visitar o tema dos nexos entre padrões de afluxo feminino ao mercado de trabalho, persistência de relações patriarcais e articulação entre âmbitos da produção e da reprodução.

Nesse sentido, não se apresenta aqui uma extensa e exaustiva revisão bibliográfica, mas uma seletiva re-leitura de autores significativos, sintomática na medida em que resultante de necessidades de compreensão que trazem a marca de uma situação empírica particular — a realidade nordestina.

## 1. DIVISÃO SOCIAL E SEXUAL DO TRABALHO: RETOMANDO A TEORIA NA HISTÓRIA

A divisão sexual do trabalho, um fato persistente na história humana, foi muitas vezes tratada como um fenômeno invariável no tempo. Contrariando esta tendência, desenvolveu-se um conjunto de abordagens mais amplas que situam o caráter específico da subordinação por sexo, entendida como assimetria nas relações de gênero, categoria socialmente construída e que permite enfatizar os aspectos sociais e culturais dessa forma de subordinação.

Por outro lado, mesmo os seus aspectos propriamente econômicos adquiriam matizes especiais quando analisados os processos de desenvolvimento que atuavam sobre a natureza do trabalho realizado. Assim, a divisão sexual do trabalho passou a ser compreendida a partir da posição econômica, dos tipos de trabalhos atribuídos diferentemente aos sexos, que lhes imprimiam caracteres determinados. (MACK KINTOSH, 1981).

Para alguns autores a origem de uma divisão sexual do trabalho mais igualitária está associada a organizações sociais mais simples. Nesse sentido, os processos de diferenciação entre os sexos vinculam-se à complexidade crescente da sociedade, à especialização e ao crescimento da produtividade. A extensão de uma divisão do trabalho ordenada sexualmente, baseia-se na capacidade de controle do chefe de família sobre o trabalho da mulher ou dos filhos (HARTMAN, 1976), identificando-se assim a base do poder masculino.

A noção de patriarcado aparece, então, como um conjunto de relações hierárquicas em torno de uma base material; compreende o sistema de relações vinculadas a condições econômicas que situa a posição social da mulher em relação ao homem, seja como pai, como irmão, ou como marido (MULLER, 1975). Para os que entendem a persistência dessas relações como um traço universal, trata-se de um modo de exercício de poder e dominação que expressa a sua longevidade e permanência através do papel paterno, centralizado no exercício do poder masculino (MILLET, 1971).

Localizando essa universalidade nas relações de parentesco, justifica-se o poder masculino recorrendo ao argumento da necessidade ancestral da troca das mulheres, condição essencial para romper as barreiras do círculo familiar; esta troca seria sempre realizada pelo homem, mesmo nos sistemas matrilinearmente definidos (LEVI STRAUSS, 1971, HARTMAN, 1976). Para MITCHEL, entretanto, não seria plausível a caracterização da universalidade do patriarcado, posto inexistirem contradições internas básicas às relações patriarcais, a não ser quando entram em relação com a organização da produção e a organização da família nuclear (MITCHEL, 1978; MC DONOUGH, HARRISON, 1978).

Por outro lado, é possível repensar para fins analíticos as bases materiais da diferenciação social entre os sexos, situando-as não somente a partir do trabalho e das condições de produção mas, também, a partir da reprodução. Isto nos remete à discussão sobre o controle da sexualidade e do poder reprodutivo feminino, o que instala uma nova dimensão de análise, que ultrapassa o mero âmbito do trabalho (MEILLASSOUX, 1977).

Coerente com a preocupação de caracterizar as bases materiais do patriarcado, enquanto conjunto de relações autoritárias atribuídas à estrutura familiar, encontra-se um relativo consenso entre autores que retomam a afirmação de que traços de uma estrutura familiar patriarcal reaparecem com o

desenvolvimento do capitalismo (SACKS, 1979; RAPP, 1977).

A perspectiva de uma divisão sexual do trabalho que tende a tornar-se tanto menos igualitária quanto mais complexa se revela a sociedade, apesar do evolucionismo implícito, parece indicar a possibilidade de uma mudança na posição social da mulher, decorrente do desenvolvimento de relações de apropriação e controle da produção (SACKS, 1979; RAPP, 1977). De membros igualmente produtivos da sociedade, as mulheres tenderiam a transformar-se quase exclusivamente em esposas e mães, subordinadas e dependentes; esse resultado é creditado à generalização da propriedade privada e ao fortalecimento da família como instituição que apropria e perpetua a propriedade.

Isto diferencia radicalmente a nova realidade capitalista das antigas comunidades residenciais de numerosos casais ou mesmo das comunidades de tarefas domésticas, onde prevalecia uma maior independência das mulheres, que tinham uma participação igualitária no processo decisório; nesses casos, homens e mulheres envolviam-se em diferentes estágios da produção dos bens de subsistência, dedicados, ambos, à produção para o consumo. A transformação dessas relações resulta do incremento da produção para a troca, que supera a produção doméstica para consumo (SACKS, 1979; RAPP, 1977; YEATMAN, 1984). A diferenciação entre a produção para troca (masculina e realizada fora da unidade doméstica) e a produção para uso (feminina e obtida dentro dela) tenderia a especializar as mulheres em um trabalho que, embora separável do excedente intercambiável, caracterizava-se ainda como trabalho necessário (SECCOMBE, 1975; SMITH, 1980). Para SACKS, RAPP ou HARTMAN, somente recorrendo a esses determinantes imediatos das bases materiais da subordinação feminina pode-se apreender os fatores objetivos mediante os quais se produz a privatização do trabalho feminino, reduzido às atividades de consumo individual.

As novas mudanças na posição da mulher associam-se às condições de desenvolvimento da produção e alteram aspectos do seu nexa com a reprodução. O advento da separação público — privado, a emergência do aparato do Estado e do sistema econômico baseado em grandes unidades de produção e de troca, recolocam as questões relativas ao controle sobre o trabalho da mulher, sobre a sua sexualidade e sobre a reprodução.

Alguns exemplos históricos são destacados na literatura por seu caráter particularmente elucidativo. HARTMAN:

(1976), analisando a emergência do capitalismo na Europa, ressalta como a constituição de um mercado de trabalho livre e a conseqüente incorporação de mulheres e crianças à força de trabalho, possibilitaram a destruição da base do controle masculino sobre o trabalho da mulher na família, destruindo velhas instituições e fazendo emergir novas.

O fato de que as mulheres são incorporadas ainda em posição inferior, é visto muitas vezes como conseqüência de uma hierarquização do mercado de trabalho que requer nominalmente uma igualdade nas condições de compra e venda da força de trabalho, mas desenvolve em realidade uma segmentação desse mercado, por raça, linhas étnicas ou sexo (HARTMAN, 1976; BENERIA e SEN, 1981).

Assim, a emergência do capitalismo e da revolução industrial, antecedida por um processo inicial de acumulação, estabelece as condições para a expansão da escala da produção, na medida em que remove o trabalhador da terra, de sua base de subsistência, forçando-o a trabalhar por salário. Para alguns autores esse processo tem significativos impactos sobre a mulher e a divisão sexual do trabalho, na medida em que afeta a família e a reprodução.

O fato de que as mulheres cultivavam pequenas hortas, criavam animais, fiavam e teciam, e que partes dos seus produtos eram vendidos nos pequenos mercados das vilas e cidades, indicava uma base organizativa que supria uma parte considerável da renda familiar; essa base é desarticulada com a destruição da indústria doméstica e a capitalização da agricultura.

O aspecto mais enfatizado nessa fase de intensas transformações na divisão social e sexual do trabalho, foi a incorporação do trabalho feminino na manufatura e na indústria têxtil, cenário histórico de uma série de análises sobre as condições do trabalho assalariado de mulheres.

Para grande parte da literatura a existência de uma estrutura familiar autoritária na fase pré-industrial foi, em muitas situações históricas, responsável pela continuidade da subordinação, tendo contribuído fortemente para que prevalecesse nessa fase um sistema industrial familiar.

Para BENERIA e SEN, entretanto, não se sustenta a afirmação de que a acumulação agrária levou os homens, como chefes de família, a uma ascensão na estrutura social. As autoras consideram que o enriquecimento então vivenciado por famílias camponesas, comerciantes ou artesãs deve ser com-

preendido como um aspecto da acumulação do capital, e não da cultura patriarcal européia.

Isto, contudo, não elude a necessidade de recuperar os determinantes culturais que mediatizam o nexa entre a transição para o capitalismo e as transformações na estrutura familiar. HAMILTON (1978) destacou, por exemplo, que a Reforma (e a conseqüente diferenciação entre protestantismo e catolicismo) acarretou reelaborações simbólicas que sustentaram uma forma particular de ideologia patriarcal; nela a representação protestante sobre o lar, espaço da moral e do trabalho, induzia a necessidade de protegê-lo e de separá-lo de um mundo amoral, o que sedimentou o maior isolamento da mulher.

Todas essas evidências empíricas levaram a fortalecer a vertente, segundo a qual a mudança na posição da mulher, largamente associada à fase pré-industrial, seria resultante de efeitos de interação entre os campos das relações sociais de classe e das relações sociais de gênero (BENERIA e SEN, 1981). Esses achados e essas interpretações não se restringem às sociedades capitalistas de desenvolvimento originário. Conforme outros autores indicaram, o mesmo se observa no caso da expansão européia para as colônias, como resultado da penetração do capital mercantil e sua interação com o capital local (YOUNG, 1977).

Outros processos de mudança na divisão sexual do trabalho sugerem igualmente uma perda de controle sobre os recursos econômicos e sobre o processo de trabalho, transformando as mulheres em trabalhadoras marginais e secundárias. Eles apontam para a criação de uma nova base de diferenciação entre os sexos na medida da diferenciação das classes. Para BENERIA e SEN, esse é um sistema que generaliza e intensifica as desigualdades, utilizando e redefinindo hierarquias por gênero, e atribuindo à mulher posições subordinadas, nos diferentes níveis da interação entre classe social e gênero.

Contudo, para apreender a riqueza do quadro histórico da emergência do capitalismo, outros autores colocam a necessidade de recuperar a complexidade do processo de proletarianização indicando como os seus graus variados afetaram a estrutura e a organização familiar, pela participação das mulheres em novas relações de trabalho. Enfatizam como as formas de participação no grupo familiar são alteradas com a relação da venda da força de trabalho, o que, por sua vez, impacta sobre os padrões tradicionais da divisão sexual do

trabalho, até então definidos em torno da produção e reprodução centralizadas na base familiar.

Enfim, por mais variados que sejam os enfoques, entre eles se destaca, como um referencial comum, o fato de que o trabalho da mulher foi um elemento na ampla economia familiar que predominou na sociedade pré-industrial. Embora esse trabalho fosse fundamental para a subsistência da família, ele também constituía a base da posição subordinada da mulher na sociedade patriarcal. Assim, mesmo a contribuição substancial do trabalho feminino na agricultura e na manufatura doméstica não constituíam uma contribuição individualizada, mas partilhada com outros e dirigida a outros membros da família. Nesse sentido, o espaço existencial da mulher parecia sempre definir-se através do espaço domiciliar; esse fato coloria com novas tintas a subordinação econômica.

Todavia, conquanto importantes, as transformações emergentes com o advento do capitalismo não eliminaram a possibilidade de que as velhas regras da economia familiar continuassem operando no novo contexto. Alguns autores procuram mostrar como a mudança de condições, particularmente do trabalho assalariado entre os núcleos urbanos, mantém a importância dos laços familiares, na medida em que as esposas e filhas continuavam trabalhando no interesse da família (TILLY, 1976). A economia salarial familiar é analisada nessa perspectiva como um traço ilustrativo do processo de proletarianização no contexto em que ocorreu no quadro europeu, vinculado à fase inicial da industrialização do algodão.

A interdependência entre os membros do grupo familiar e o seu senso de obrigação para com o grupo é o principal referencial da análise, mostrando como a vida familiar, enraizada nos costumes, possibilitava o trabalho uniforme de todos os membros na fiação e tecelagem, de acordo com as suas habilidades, sendo o fruto do trabalho e as despesas diárias partilhadas por todos. Desse modo, os salários dos membros da família formavam um fundo comum para todas as despesas.

As associações domésticas constituíam dessa forma um traço distintivo da vida entre os pobres, centralizada pelo chefe da família ou muitas vezes pela mãe, administradora do fundo salarial comum, o que para muitos autores parece caracterizar um ciclo da pobreza. A vida das primeiras gerações de trabalhadores assalariados implicou momentos de redefinição dos laços familiares já que a prosperidade econômica de cada um dos membros vinculava-se à manutenção desses laços.

O controle sobre o trabalho de mulheres aparece como um dos aspectos fundamentais do processo. De um lado, o trabalho das filhas mais velhas de famílias que muitas vezes ainda trabalhavam no campo, constituiu um mecanismo de captação de salários, inicialmente incorporando essas jovens ao serviço doméstico de famílias urbanas de classe média. Nesse caso, as jovens residiam no local de trabalho, ajudavam muitas vezes na loja ou negócio da família do patrão e em geral remetiam todo o salário para a sua própria família (TILLY, 1976; DUBLIN, 1979).

Em circunstâncias variadas, esses estudos procuram identificar, por exemplo, o fato de que o serviço doméstico das meninas e jovens camponesas constituía uma oportunidade segura de migração para a cidade, servindo também como etapa de adaptação à vida urbana. Existem também referências a mulheres empresárias, com algum capital, que nesse período hospedavam e empregavam garotas na indústria da confecção.

Assim, nos momentos em que a acumulação capitalista produziu o empobrecimento rural, os filhos tenderam a ser crescentemente recursos vitais, onde a partida de uma filha para o trabalho na cidade, além de aliviar as condições do seu sustento, garantia a inversão da situação, na medida em que ela se tornaria também um apoio para a sobrevivência do grupo. Trabalhando como empregada doméstica, costureira, ou operária fabril, as jovens constituíam assim um braço para a economia familiar, assegurado por laços sentimentais extremamente fortes que uniam a família (ROSEMBERG, 1983; TILLY, 1976).

O modelo tradicional de organização da produção fabril têxtil também é mencionado por sua riqueza para o estudo da persistência da vinculação dos trabalhadores com o grupo familiar, mesmo nas condições em que se implantavam o assalariamento e a grande indústria. Em muitos casos, as fábricas listavam e agrupavam os trabalhadores por famílias, o salário dos filhos era pago freqüentemente aos pais e, principalmente, as filhas e esposas não eram trabalhadoras independentes, mas ganhadoras de salário familiar (DUBLIN, 1979).

Assim, o fato de que a família deixava de ser unidade produtiva e tornava-se "ganhadora de salário", não diminuía as responsabilidades domésticas e os encargos da reprodução.

Com a localização do trabalho fabril longe do domicílio, a vida na cidade, e o ganho individual do salário, criavam-se pré-condições para o rompimento dos laços familiares de

dependência afetiva e emocional ou do senso de obrigação alimentado por mulheres jovens e solteiras, nas famílias trabalhadoras. Alterando-se a divisão social do trabalho, a organização da produção e a estrutura das oportunidades ocupacionais, em direção a uma individualização da relação de trabalho, re-alimentava-se o processo de mudança na estrutura das relações familiares.

Todavia, conquanto as transformações na divisão sexual do trabalho estejam articuladas à emergência do capitalismo, elas não expressam padrões ou trajetórias universalmente válidas. Ao contrário, essas tendências reconhecidas nos estudos dos países capitalistas de desenvolvimento originário, necessitam ser re-criadas analiticamente quando se trata de entender outras realidades capitalistas nas quais a produção e reprodução das relações sociais capitalistas traz as marcas de condições históricas nas quais é ampliada a oferta de trabalhadores e onde prevalece um contexto de pauperização acentuada. Este parece ser o caso do Brasil, que nos interessa mais de perto.

## 2. TRABALHO FEMININO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO BRASIL: ALGUMAS INTERPRETAÇÕES

De fato, as inúmeras análises acerca da dinâmica do trabalho feminino no Brasil permitem especificar algumas das discussões até aqui alinhadas, enriquecendo-as com maior concreção histórica.

Para os fins do nosso trabalho, acreditamos que poderíamos agrupar estas análises em três grandes conjuntos. O primeiro, composto pelos estudos quantitativos das tendências do emprego feminino a partir de séries estatísticas de dados, busca detectar os grandes movimentos históricos na dinâmica de incorporação do trabalho da mulher. O segundo, composto pelos inúmeros estudos de caso, onde situações específicas de trabalho são qualitativamente analisadas com vistas a verificar como no cotidiano do trabalho se expressam as diferenciações impressas pela condição de gênero. O terceiro, formado pela linha que capta o trabalho feminino a partir da análise da unidade doméstica, busca contextualizar na família essa problemática.

Estes três conjuntos não são exaustivos e nem mutuamente excludentes. Grupado, a rigor, de acordo com os nossos interesses em evidenciar a emergência de algumas discussões teóricas, perceptíveis no decorrer da análise concreta, retomam alguns dos mais conhecidos estudos para,

através deles, reunir elementos que permitam repensar a questão da divisão sexual do trabalho no contexto das mudanças nas relações de trabalho no Brasil contemporâneo.

A primeira grande linha de estudos (e talvez a mais "clássica" na recente história da reflexão acerca do tema) volta-se para acompanhar as grandes tendências do movimento do trabalho feminino no contexto das transformações na estrutura do emprego no Brasil ao longo das décadas. A análise desses grandes agregados (via de regra, oriundos da informação censitária) permite a visibilidade de algumas tendências, nem sempre perfeitamente similares às que alinhamos até aqui.

SINGER e MADEIRA (1975) após uma cuidadosa análise dos Censos Demográficos e Agrícolas de 1920 e 1970 e ainda da consideração da PNAD, avançam uma hipótese que norteou o essencial da investigação subsequente sobre o tema. Diziam:

De maneira geral, em um país em desenvolvimento, espera-se que a evolução do nível de participação da mulher na força de trabalho atravesse três fases. Num primeiro momento, na abertura da industrialização, quando o número de pessoas empregadas na agricultura ainda é elevado, e o número de empresas comerciais e manufatureiras limitadas à esfera doméstica ainda é bastante significativo, o nível de integração da mulher na força de trabalho é elevado. Em um segundo momento, quando o desenvolvimento econômico induz um grande número de pessoas a sair do pequeno comércio e da fabricação caseira e há paralelamente uma migração de áreas rurais para áreas urbanas, a taxa de participação da mulher em atividades produtivas tende a cair. Em geral, concomitantemente aos mecanismos descritos, há um crescimento contínuo do emprego feminino no setor de serviços. Enquanto este setor não for suficientemente grande para cobrir a saída de mulheres dos outros setores, no entanto, a taxa de participação feminina na força de trabalho continuará a cair. Além disto, a participação feminina em trabalhos fora da esfera doméstica tenderá a crescer, em um estágio bem mais avançado de desenvolvimento exatamente pelo crescente aumento no setor de serviços. (op. cit. pp. 2/30).

Nesse sentido, teria sido a ampliação dos serviços de consumo coletivo, subordinada à aceleração do processo de industrialização, responsável pelo aumento da participação feminina no mercado de trabalho, notadamente para as mulheres com maior índice de escolarização, traço este que, de resto, caracteriza cada vez mais a força de trabalho feminina frente à masculina.

Entretanto, a utilização do Censo Demográfico de 1920 como ponto de partida pareceu sugerir, ao menos implicitamente, a consideração deste ano como o ponto inicial do processo. Trabalhos de PENA (1981 e 1986) retornaram no tempo ao século XIX indicando que, já desde a organização das primeiras fábricas no Brasil, a mão-de-obra feminina era fartamente utilizada; e que, comparados com os dados dos Censos de 1872 e 1910, os do Censo de 20 parecem, de fato, acusar **um decréscimo** no nível de incorporação do trabalho feminino às atividades industriais. Isto remete à necessidade de entender que fatos históricos ocorrem no período compreendido entre 1850 e 1920 que explicam a expulsão feminina do domínio fabril.

PENA (1981 e 1986) e SAFFIOTTI (1985) concordam em indicar que, mais além de uma alteração no caráter do trabalho industrial (que passaria de uma produção realizada na esfera doméstica para outra em esfera pública), o fator explicativo central poderia estar ligado à substituição de mulheres por homens imigrantes nos postos de trabalho então existentes. O alcance desta transformação é a tal ponto significativo que, desde então, jamais as mulheres recuperaram os níveis de participação no trabalho industrial que tiveram ao alvorecer da industrialização brasileira (de 91,3% em 1872 para 33,7% em 1920, conforme dados coligidos por SAFFIOTTI, 1985). Com isto, o desenvolvimento da indústria, intensificado com a guerra de 1914-1918, fez-se essencialmente através da ampla utilização da força de trabalho masculina.

Por outro lado, outra vez usando o Censo de 1872, PENA (1986) encontra que, já naquele momento, o setor serviços era preponderantemente **feminino**, tanto por absorver a maior parte da força de trabalho feminina, quanto por ter o seu perfil interno marcado pelo fato de que eram mulheres, em sua maioria, as que nele se ocupavam.

Frente a estas grandes tendências, BLAY (1978) acentua a diversidade histórica com que se expressam esses processos sociais, haja vista que nos países capitalistas de desenvolvimento originário a população não cresceu a taxas que

proporcionassem uma tão farta oferta de força de trabalho. Daí por que, pela carência de mão-de-obra qualificada, as mulheres foram intensamente mobilizadas para o mercado de trabalho (tanto quanto os estrangeiros), dada a necessidade de "ativar trabalhadores qualificados a baixo custo" (p. 97). Assim, na linha de interpretação de BLAY, a variada mobilização histórica de mulheres respondeu à transformação cíclica do próprio mercado, muito mais que à dinâmica, igualmente cíclica, de suas vidas individual e familiar.

Quando comparando este quadro retratado pelos países capitalistas de desenvolvimento originário ao que prevalece na América Latina, BLAY sublinha que a força de trabalho feminina caracteriza-se aqui por ser amplamente absorvida pelo trabalho agrícola. Nos países de industrialização recente as mulheres parecem estar sendo incorporadas em muito menor quantidade, em termos proporcionais, dado o reduzido impacto quantitativo ao crescimento do emprego secundário; nesse sentido, mulheres e homens parecem enfrentar limites bastante similares. Contudo, reconhece a autora que as resistências à incorporação do trabalho feminino são mais profundas, de sorte que "a divisão social do trabalho atualmente mantém o sexo como critério de distinção, independentemente dos níveis de desenvolvimento tecnológico a que esteja vinculado" (idem p. 31).

Nessa linha de interpretação os estudos são fartos em documentar com dados quantitativos especialmente eloquentes pelo menos dois outros aspectos. Em primeiro lugar, a especificidade da localização feminina no mercado de trabalho. Toda esta transformação histórica teria mantido a mulher circunscrita a alguns espaços constantes, não tanto em termos dos ramos em si, mas das tarefas/habilidades que neles se requereria; constante numa mesma espécie de trabalho (o trabalho leve, o trabalho delicado...), culturalmente assimilado a um gênero particular — o feminino. No âmbito da indústria, ainda quando mudem os setores (antes têxtil, perfumaria, alimentos, hoje também equipamentos elétricos e eletrônicos, metalúrgica...) parecem permanecer as habilidades requeridas.

Em segundo lugar, fartamente documentada está a questão da desigualdade salarial que se contém na remuneração do trabalho feminino, mesmo no setor industrial e em seus segmentos dinâmicos. BLAY e SAFFIOTTI vão concordar em que a posição relativa da mulher parece atenuar as reivindicações por equidade salarial, na medida em que sua posi-

ção socialmente inferior se transmitiria automaticamente ao prestígio da tarefa por ela desempenhada.

Prescindibilidade na ocupação do posto de trabalho e inferioridade na escala de remuneração parecem dois caracteres por demais atraentes para estender à mulher a condição de trabalhadora de reserva. (SAFFIOTTI, 1976 e BLAY, 1978).

Contudo, como coloca PENA (1986), num questionamento conceitual, pensar o trabalho feminino através da categoria "exército de reserva" requer de imediato precisar "por que uma distinção, em princípio biológica, pode ser abarcada pelo conceito, isto é, as razões pelas quais uma categoria sexual se transfere para a organização do trabalho coletivo" (p. 207), fazendo com que a mão-de-obra feminina seja tratada como se não participasse objetivamente das relações sociais existentes, não sendo delas mais que um componente acessório (KARCHEVSKY-BULPORT, 1984). Últimas a serem incorporaads e primeiras a serem expulsas (SAFFIOTTI, 1985) as mulheres configurariam, para certa linha de entendimento, a concretude mais característica do exército de reserva.

Entretanto, curiosamente, análises do comportamento de mercado de trabalho e da sua capacidade diferencial de incorporar homens e mulheres durante a agudização da crise econômica do início dos anos 80 parecem indicar desafiadoramente o contrário.

Manejando dados da RAIS e da PNAD, SPINDEL, (1985) demonstra que

o processo sistemático, observado nas últimas décadas, de aceleração do ritmo de absorção da mão-de-obra feminina que provocou alterações na distribuição estrutural dos empregos por sexo e ampliou a fatia reservada às mulheres **não é interrompido com a crise**. Muito pelo contrário, as taxas de crescimento do emprego feminino se mantêm, **sempre mais altas**, demonstrando um vigor maior sobretudo quando a análise é concentrada especificamente no mercado organizado. A agudização dos processos de discriminação por gênero durante as crises econômicas recessivas, penalizando a mulher no mercado de trabalho em função de tratamento especial a estas historicamente reservado, não pode ser identificada nem em termos quantitativos, nem qualitativos, neste ciclo recessivo da economia (p. 49; grifo nosso).

Surpreendentemente, a autora conclui que este comportamento pode ser melhor ajustado ao que nesta conjuntura se observa para os homens, agora saindo primeiro do mercado.

Isto parece estar a indicar que estamos frente a mudanças bastante importantes e dignas de consideração. Alguns estudos apontam elementos definidores destas mudanças. HUMPHREY (1984) assinala o fato de que o emprego feminino não somente se expandiu **como se diversificou**, particularmente a partir da década de 70.

Curioso que a análise do movimento dos grandes decênios posteriores a 1950 parece indicar que, apesar do rápido desenvolvimento industrial brasileiro, o seu impacto sobre o emprego de mulheres não parece ser tão significativo, na medida em que, mesmo em 1980, aproximadamente 60% das mulheres empregavam-se em atividades sociais (em sua maioria como professoras) ou na prestação de serviços (notadamente como empregadas domésticas).

Contudo, conforme assinala HUMPHREY (1984), o setor da prestação de serviços viu reduzir-se em 50% sua importância na criação de emprego feminino, redução que também atingiu as chamadas atividades sociais; paralelamente, cresceram de maneira significativa o comércio e a indústria em sua capacidade de incorporar mulheres ao trabalho.

O comportamento da indústria nos anos 70 é notável especialmente quando comparado ao que se verificou nas décadas anteriores; assim, em 1950, ele foi tão pouco expressivo para os homens quanto para as mulheres; e mesmo em 1960, quando ampliou-se a absorção masculina, manteve-se pouco susceptível ao crescimento do contingente feminino.

De fato, essa última década lhes parecia tão adversa que as análises prospectivas, baseadas no movimento dos anos 60, chegaram a formular indicações particularmente pessimistas quanto às oportunidades ocupacionais femininas na indústria brasileira (SAFFIOTTI, 1981). Entretanto, outro foi o quadro dos anos 70: o aumento do emprego de mulheres mostrou-se ainda mais veloz que o do emprego de homens.

Estas transformações proporcionam importantes realinhamentos qualitativos; as mulheres, antes concentradas nos setores ditos tradicionais e tradicionalmente tidos como femininos (têxtil, confecção, fumo e calçados), passaram a se integrar nos setores chamados dinâmicos, em particular nos segmentos da indústria metalúrgica, como são a produção de equipamentos elétricos e eletrônicos (GITAHY, HIRATA, LOBO e MOYSES, 1982; MOURA et alii, 1984; SPINDEL, 1987-a). Isto

contradiz aquelas formulações sobre o mercado de trabalho que reservavam a mulheres apenas empregos instáveis e sem perspectiva profissional nas empresas de pequeno porte.

Vários fatores parecem se conjugar para explicar este intenso movimento de afluxo feminino. GITAHY et alli (1982) apontam, em primeiro lugar, o caráter e a dinâmica do crescimento brasileiro, como suscitando a criação de uma massa de novos empregos, especialmente no setor metalúrgico e de material elétrico, exigindo habilidade, destreza e minúcia, considerados "tipicamente femininos". Em segundo lugar, as modificações na organização do processo de trabalho introduzidas nas grandes empresas, desqualificando o trabalho em virtude da decomposição de tarefas associada à rotinização, abriu espaço ao aproveitamento de contingentes com menor qualificação técnica; tais modificações, ao trazerem consigo a transferência da fábrica para o escritório daquelas funções de planificação e organização, ampliaram a oferta de ocupações culturalmente identificadas como "de mulheres". Em terceiro lugar, a política de gestão do trabalho, após a crise do milagre, mobilizou de maneira crescente segmentos menos "agressivos" nas negociações salariais, como são mulheres e menores. E, finalmente, a baixa dos salários reais induziu à incorporação ao mercado do maior número de membros da família, favorecendo a ampliação da oferta de força de trabalho feminino que encontrou, neste momento, fértil campo para a sua expansão.

Entretanto, como assinala HUMPHREY, "a incorporação massiva das mulheres à força de trabalho industrial tem ocorrido através de uma divisão sexual do trabalho que as confina a empregos de baixa qualificação e salário inferior" (1984, p. 4). Estimulada por esta inquietação, desenvolve-se toda uma ampla linha de estudos centrada na análise do processo de divisão sexual do trabalho a partir de uma nova estratégia de abordagem; são estudos de caso, eminentemente qualitativos e bastante marcados pela proeminência dos estudos sobre o processo de trabalho. Neles, o cotidiano fabril passou a ser considerado uma instância analítica particularmente elucidativa para responder à indagação de por que as mulheres, em que pese ingressem massivamente no trabalho industrial, e mesmo nas indústrias dinâmicas, são ali confinadas às posições mais subalternas, menos remuneradas e de menor qualificação.

Nesse sentido, a divisão do trabalho mais que uma simples divisão de tarefas implica, como assinalou FREYSSINET

(1977), uma diferenciação de funções com distribuição assimétrica do controle, da hierarquia, da qualificação, da carreira e do salário. A condição de gênero é, sem dúvida, uma variável determinante na construção desta assimetria, de sorte tal que a relação de trabalho, expressa na divisão social do trabalho, é uma relação sexuada visto ser uma relação social (LOBO e SOARES, 1985).

Desta sorte, mesmo trabalhando critérios aparentemente naturais de definição do masculino e do feminino, como por exemplo força e delicadeza, as implicações do seu uso remetem a uma hierarquia que não está contida na diferença biológica, mas na relação social a eles subjacente. Vale dizer, há uma cultura do trabalho que fundamenta as divisões de tarefas em representativas do masculino e do feminino; essas divisões obedecem a tradições e hierarquias que são componentes **simbólicos** socialmente construídos e vivenciados (LOBO e SOARES, 1985; HUMPHREY e HIRATA, 1984; MOURA et alli, 1985; MOYSES, 1985; RODRIGUES, 1978).

Os múltiplos estudos de caso são férteis em indicar uma nova e mais rica forma de entender o fenômeno da divisão social do trabalho, que deixa de ser captado como um conceito estrutural para ser mais amplamente entendido enquanto uma relação social e simbólica.

Estes estudos permitem qualificar melhor a natureza do assalariamento que se amplia, particularmente pelo crescimento do trabalho assalariado feminino. Esse processo parece estar muito longe de ter importado numa homogeneização do mundo de trabalho; mas também dista bastante de poder ser traduzido em esquemas antigos e simples do tipo tradicional-moderno, formal-informal.

E mesmo a segmentação do mercado, quando vista a partir do microcosmos do local de trabalho, mostra-se bastante complexa, manifestando-se não apenas entre setores da atividade ou segmentos da força de trabalho; a observação construída do ponto de vista de uma mesma grande empresa, revela a existência de variadas situações ocupacionais que aproveitam diferenças sociais entre os trabalhadores, constituídas fora da produção e preexistentes à inserção econômica dos indivíduos; diferenças que, uma vez criadas ou produzidas, podem ser apropriadas sem que sejam sequer percebidas pelos que a elas estão sujeitas. (RODRIGUES, 1978).

Nesse sentido, os estudos de casos estão a indicar que, nos cenários dos locais de trabalho, estão em jogo e são urdidas novas formas de sociabilidade, historicamente especifi-

cas, que parecem apontar para o fato de que, se é certo que na produção geram-se relações de trabalho, relações de produção, nela se produzem também idéias, as quais são mediações importantes para entender, de um lado, os processos de controle e de gestão a que se submetem os trabalhadores/trabalhadoras e, de outro, a emergência e a natureza do conflito e das suas formas de resistência (CASTRO, 1984).

Disso decorre que a divisão sexual do trabalho é apropriada pelo capital enquanto uma estratégia de gestão mas é, simultaneamente, propiciadora de uma estratégia de resistência por parte da força de trabalho feminino (LOBO e SOARES, 1985).

A complexidade da relação entre consentimento e resistência ou entre reprodução e superação está no cerne da discussão acerca da divisão sexual do trabalho, não apenas na forma como enfrentada na literatura revisada na parte anterior, mas igualmente nas análises realizadas para o Brasil. Em qualquer dos casos, o tratamento desta questão passa por um âmbito estratégico — o da análise da organização familiar.

Toda a literatura clássica, como vimos, já chamara a atenção para a impossibilidade de retirar o trabalho feminino do contexto de divisão sexual do trabalho, marcado (especialmente após o advento do capitalismo) pela separação ideológica entre os âmbitos de produção e de reprodução, isto é, da produção das mercadorias e da produção dos seres humanos, esta última uma tarefa “de mulheres”, “na família”.

Os estudos mais recentes relativos ao Brasil parecem apontar, entretanto, para outros determinantes analíticos, que particularizam historicamente o crucial papel da família no entendimento das bases sociais da diferenciação entre os sexos nos países de capitalismo periférico como o Brasil.

Para eles, a família se constitui hoje num eixo fundamental para o entendimento da organização dos mercados de trabalho e de consumo. Rica literatura recente produzida no Brasil aponta não somente para a importância das atividades econômicas dos indivíduos no processo de estruturação dos grupos familiares, mas, complementarmente, para o papel decisivo que a organização familiar pode exercer, e tem exercido, na determinação da natureza e da dinâmica das atividades econômicas dos indivíduos (BILAC, 1978; FAUSTO NETO, 1982; MACEDO, 1979; GARCIA, MUÑOZ e OLIVEIRA, 1938; ALVIM, 1979; MARIN 1979; OLIVEIRA, 1980; SAFFA, 1982; BARBIERI e OLIVEIRA, 1985).

Os estudos relacionados à temática das estratégias de sobrevivência, bem como aqueles relacionados à temática da reprodução da força de trabalho, apontam o grupo familiar como ponto de articulação dos esforços conjugados de homens, mulheres, jovens e crianças em busca de melhores condições de vida.

A mobilização dos indivíduos para o trabalho, sob a ótica da família, freqüentemente tem sido investigada no nível dos fatores que integram a luta pela sobrevivência, como efeito necessário das pressões econômicas, ou como alternativas possíveis a oportunidades existentes.

Assim, o grupo familiar encontra-se sempre frente à necessidade de remanejar sua própria força de trabalho para explorar fontes de renda (SCOTT, 1986); ou da necessidade de organizar, em harmonia ou conflito, as diversas atividades necessárias à reprodução da vida imediata (GARCIA, MUÑHOZ, OLIVEIRA, 1983); ou ainda, frente às diferentes vivências produtivas da classe trabalhadora que interferem na formação, composição e organização interna do grupo doméstico (BILAC, 1978; MONTALI, 1986).

Como fenômeno mais geral, a pauperização de grandes setores da população e a dependência do salário como fonte de renda permanente para a maior parte das famílias trabalhadoras tendem a pressionar no sentido de que um número maior de componentes do grupo familiar venda a sua força de trabalho.

Um novo aspecto da organização familiar parece emergir então, com a acentuação dos processos de pauperização, uma vez que os indivíduos podem alternar a produção doméstica dos valores de uso com a venda da força de trabalho. A inclusão de alguns membros no segundo processo implica portanto a existência de outros envolvidos em atividades relacionadas aos valores de uso, ao consumo doméstico e ao preparo dos bens adquiridos com o salário (BARBIERI, 1982; GARCIA, MUÑHOZ, OLIVEIRA, 1983).

Na relação entre família e trabalho, a afirmação de que o trabalho realiza a família e não a família realiza o trabalho (WOORTMAN, 1985) conduz a nossa reflexão para dois processos significativos. De um lado, indagar sobre os movimentos de incorporação da força de trabalho e sua correspondência com os movimentos econômicos. E de outro, indagar sobre os impactos desse processo sobre a organização familiar, do ponto de vista da inserção no mercado de trabalho.

Como movimento abrangente, a expansão do trabalho assalariado altera a organização das atividades autônomas. Isso implica uma mudança peculiar na forma de somar ou combinar os esforços na produção doméstica e na produção simples de mercadorias, ou na produção familiar do tipo camponesa.

Alguns dos estudos têm demonstrado como o acesso ao mercado de trabalho depende do tamanho da família, do número de membros em idade ativa e da presença de jovens, mulheres e idosos no grupo familiar, que se alternam nas diferentes relações de trabalho. E nesse sentido, como colocou WOORTMAN (1984), a família opera no interior de uma situação de classe que sobredetermina o conteúdo dos princípios gerais do parentesco e dos papéis familiares, notadamente os de **pai de família e dona-de-casa**.

Idealmente, caberia ao pai de família assegurar a reprodução dos membros da família através de seu trabalho, enquanto à dona-de-casa caberia a gerência do consumo doméstico, não menos necessária para tal reprodução. No entanto, salários insuficientes e instabilidade empregatícia fazem com que a renda do pai não cubra o "gasto", pondo em risco a reprodução da própria família. **Reorganiza-se, então, o grupo doméstico, enquanto unidade econômica, para reproduzir a família enquanto categoria ideológica.** A estratégia básica é a articulação entre "emprego" (trabalho assalariado) e "serviço" (trabalho autônomo), para usarmos as expressões do grupo estudado por Melo Marin, e entre ambos e os "afazeres domésticos", todos igualmente importantes para a reprodução e é este, e não o indivíduo, que deve constituir a unidade de análise. **O grupo doméstico, por outro lado, age segundo os princípios da família, que constitui a referência ideológica de sua atuação** (1984, p. 72, grifos nossos).

Nesse sentido, os inúmeros estudos reconhecem na família uma instância elementar não apenas ao entendimento da produção da vida imediata, e neste sentido da reprodução da **força de trabalho**, mas sobretudo, um espaço estratégico para a análise da reprodução dos trabalhadores, compreendendo-a como mais que a simples reprodução de expedientes ocupa-

cionais defensivos em face das condições de exploração, mas como a produção e reprodução de um **modo de vida**, culturalmente organizado e refeito a cada momento a partir das experiências de enfrentamento da realidade imediata, conquanto não redutíveis a ela.

Sendo assim, a família permite conceber como se constrói e articula a subordinação de trabalhador na sociedade capitalista, na medida em que se constitui num vaso comunicante que articula as relações de comando e disciplina que se estabelecem no local de trabalho àquelas que se constituem fora dele.

### 3. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tentativas de ordenar a discussão entre os aspectos econômicos da divisão sexual do trabalho e os seus aspectos sócio-culturais conduzem a uma reflexão sobre as bases materiais dos processos que condicionam a diferenciação entre os sexos a partir da natureza do trabalho realizado e das condições e processos do trabalho. Coloca-se, por outro lado, a reflexão sobre a antecedência dos fatores da reprodução biológica que tenderiam a redefinir a atividade feminina e as formas da sua subordinação.

Se em muitos aspectos é difícil estabelecer um consenso sobre o sentido da dominação masculina, parece necessário, para os objetivos de análise da divisão sexual do trabalho, estabelecer a inter-relação historicamente construída entre modos de produção e estruturas do patriarcado (PENNOUGH, HARRISON, 1978). Em alguns dos trabalhos aqui mencionados, uma proposta comum se baseia na necessidade de esclarecer os vínculos entre as relações sociais de produção e as relações sociais da reprodução humana (Mc. DONNOUGH, HARRISON, 1978, O'BRIEN, 1981).

Para BENERIA, as tentativas de entender as raízes da opressão feminina nos anos 70 resultaram em crescente literatura sobre o trabalho doméstico e as formas da produção doméstica, examinando desse modo a estrutura de poder (patriarcal) que os controla (BENERIA, 1981). Mas a sua conclusão vai no sentido de que a ênfase na análise da reprodução, que condicionaria a especialização feminina no trabalho doméstico, é insuficiente para entender o trabalho feminino e suas raízes nas relações patriarcais.

Referindo-se também aos vínculos entre as relações sociais de produção e as relações sociais da reprodução humana, enfatiza-se, no último caso, o caráter social da última, tanto no sentido de que a base biológica da reprodução é transformada uma vez que a sociedade é instituída (STRAUSS, 1971), como no sentido de que a experiência reprodutiva é diferenciada pelo gênero, mediante uma oposição entre homem e mulher (O'BRIEN, 1981).

Isso pode ser compreendido, a partir do fato que

a universalidade do trabalho produtivo cria historicamente um antagonismo entre produtores pela divisão de trabalho, obscurecendo assim a oposição entre aqueles que trabalham e os que não trabalham; um processo semelhante ocorreria entre aqueles que reproduzem e os que não reproduzem, uma vez que a consciência reprodutiva masculina é obscurecida, dependendo da descoberta e aceitação da paternidade (O'BRIEN, 1981).

Assim, a continuidade genética como uma necessária base material da história, segundo O'BRIEN, é um princípio criado pelos homens, o que constitui um dos pólos da subestrutura de necessidades, formada pela articulação entre a produção e a reprodução.

Outro ponto central no entendimento conceitual da divisão sexual do trabalho está em que a mesma não pode ser captada como uma questão ou um requerimento "técnico". Ela obedece a tipos de critérios que atribuem qualificações segundo as características das tarefas, mas segundo também as características **dos seus executores**. Assim sendo, a divisão sexual do trabalho está inserida organicamente na divisão sexual da sociedade, que traz embutida a hierarquia social existente entre dois gêneros. Ela não cria subordinação no trabalho, mas recria no trabalho a subordinação que existe em outras esferas do social (LOBO e SOARES, 1985).

Nessa perspectiva recusa-se uma vez mais a dicotomia produção/reprodução, recuperando sua integração na idéia de que é social a produção de bens (produção, estrito senso), tanto quanto é socialmente construída a produção de seres humanos (reprodução). Embora distintas, são estreitamente interligadas, sendo uma condição para a outra. E se é certo que o bom senso, ou a utopia, submeteriam a produção de bens à produção de seres humanos, a realidade histórica indi-

côu com clareza que é no sentido contrário que esta relação se tem estabelecido. E que, no momento em que o ser humano se torna ele próprio portador da única mercadoria que lhe resta, central na organização do modo de produção, consagra-se a subordinação da reprodução, que, sob o capital, vê-se separada da produção em seus lugares e tempos (COMBES e HAICAULT, 1984).

Mas, por outro lado, há que ressaltar que o movimento de transformação nas formas concretas pelas quais a produção material condiciona a produção dos seres humanos não é mecânico e não possui uma lógica interna e única, qual seja, a lógica imanente ao capital.

Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho é também uma construção simbólica e social, produzida simultaneamente na esfera da produção e da reprodução. E se na aparência ela pode ser lida a partir de um conjunto evidente de critérios científicos de alocação de tarefas, os mesmos trazem em si, operando iniludivelmente por detrás do discurso da adequação e da eficácia, representações que estendem para o trabalho os conteúdos que, a partir do sexo biológico, constroem representações de gênero (STOLCKE, 1983).

Se formos aplicar os critérios que justificam a feminização das tarefas na linha de montagem de produtos eletrônicos (trabalho sentado, limpo, minucioso, delicado) com o trabalho da cortadora de cana, chegaríamos à conclusão de que se trata de dois tipos de "feminilidade". A construção social e simbólica do critério é pois evidente. (LOBOS e SOARES).

Mas sendo assim, porque aparece com tanta frequência para pensar o trabalho urbano-industrial das mulheres? LOBO e SOARES sugerem que na indústria, sempre que se necessita preservar o espaço masculino, retoma-se o discurso da especificidade da tarefa feminina; pelo contrário, quando a necessidade de mão-de-obra o impõe, ele rapidamente desaparece.

Enfim, temos que considerar que estamos diante de um tema complexo, notadamente pelo fato de que sua apreensão analítica supõe o tratamento individualizado de duas dimensões — a dimensão da produção e a dimensão da reprodução — que se separam unicamente para fins de análise

posto que na realidade operam de modo estreitamente articulado.

Por outro lado, esta complexidade faz-se ainda maior na medida em que ambas as dimensões têm que ser concebidas como resultantes da operação de determinantes materiais, senso estrito, e de determinantes simbólicos. A natureza da inter-relação específica entre estes determinantes vai, sem dúvida, definir a conformação particular de cada uma dessas dimensões em cada momento histórico.

Mas é no desafio de entender dimensões complexamente articuladas em si mesmas e entre si, que a teoria precisa encontrar o eixo de integração entre produção e reprodução que nada mais é que o eixo de integração entre economia, política e cultura, nada mais é que encontrar a especificidade do socialmente construído.

## **BIBLIOGRAFIA REFERIDA**

- ABREU, Alice Rangel de Paiva, 1986. **O avesso da moda — trabalho a domicílio na indústria de confecção**. São Paulo, Hucitec, 302 p.
- AL-HIBRI, Azizah, 1981. "Capitalism is an advanced stage of Patriarchy: but marxism is not feminism", in **Woman and Revolution, A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism**, p. 165-194.
- ALVIM, Maria Rosilene Barbosa, 1979. **Família e Proletarização Industrial: a Constituição de um mercado de trabalho específico a uma grande indústria têxtil**. Comunicação apresentada ao IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Águas de São Pedro, SP.
- BARBIERI, Teresita; OLIVEIRA, Orlandina de, 1985. **Crisis Economica y Reproduccion de la Fuerza de Trabajo en America Latina**. Apresentado no Colóquio Internacional sobre Estrutura do Emprego e Dinâmica Espacial da Força de Trabalho, CRH/UFBA. Salvador, mimeo.
- \_\_\_\_\_, 1982. "Trabajo Domestico — Trabajo Remunerado — Hipotesis para el estudio de las mujeres en los setores medios". **Investigacion Demográfica en México**, Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, México, mimeo.
- BARRET, Michèle, 1980. "Women's Opression and the family", in **Women's Opression today, Problems in Marxist Feminist Analysis**, Verso Editions and N.L.B., London, p. 187-226.

- BENERIA, Lourdes; SEN, Gita, 1981. "Accumulation, Reproduction and Women's Role in Economic Development: Boserup Revisited", in **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, Winter, vol. 7, nº 2, p. 279-298.
- BENERIA, Lourdes, 1982. "Women and Development: **The Sexual Division of Labour in Rural Societies**, L. Beneria (Ed.), Praeger Publishers, N.Y., p. 223-247.
- BILAC, ELIZABETE Dorea, 1978. **Famílias de trabalhadores: Estratégias de Sobrevivência**, Edições Símbolo, São Paulo, p. 15-31.
- BLAY, Eva A., 1978. **Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista**. São Paulo, Ática, p. 135-191.
- CARVALHO, Inaiá M.M. e CASTRO, Nadya A., 1985. "E os problemas da classe trabalhadora? O que fazer com eles? (alguns dilemas da política de desenvolvimento regional)", Trabalho apresentado ao "Colóquio Internacional sobre Estrutura do Emprego e Dinâmica Espacial da Força de Trabalho", Salvador, CRH/UFBA e CREDAL/CNRS, 11 a 13.11.85, mimeo.
- CASTRO, Nadya Araujo; GUIMARÃES, Iracema Brandão, 1987. "O que é que a baiana faz? (Os novos padrões da divisão sexual do trabalho nas atividades urbanas do Estado da Bahia)" **Cadernos CRH**, nº 05, Salvador, 1987, p. 1-35.
- , 1984. "Comitê de Trabalho I — Força de Trabalho: resumo das discussões sobre o tema" in: **Anais do IV Encontro Nacional**, vol. 1, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, S. Paulo, p. 39-56.
- COMBES, Danièle; HAICAULT, Monique, 1984. "Production, rapports sociaux de sexes et de classes", in CHAUDRON, Marjane et alli, **Le sexe du travail — structures familia les et système productif**, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, p. 155-176.
- DUBLIN, Thomas, 1979. "Women Workers and Early Industrialization", in: **Women at Work**, New York, Columbia Univ. Press, p. 1-58.
- FAUSTO Neto, Ana Maria Quiroga, 1982. **Família Operária e Reprodução da Força de Trabalho**, Petrópolis, Ed. Vozes,
- FERGUSON, Ann; FOLBRE, Nancy, 1981. "The Unhappy Marriage of Patriarchy and Capitalism", in: **Women and Revolution, A Discussion**

of the **Unhappy Marriage of Marxism and Feminism**, Lydia Sargent, (ed.), South End Press, Boston, p. 313-338.

FREYSSINET, Michel, 1977. **La division capitaliste du travail**, Paris, Edition Savelli, 225 p.

GARCIA, Brígida; OLIVEIRA, Orlandina; MUÑOZ, Humberto, 1983 — "Familia y Trabajo en Mexico y Brasil" — **Estudios Sociológicos**, El Colegio de México, vol. 1, nº 3, sep.-dic., p. 487-508.

GITAHY, Leda; HIRATA, Helena; LOBO, Elizabeth; MOYSES, Rosa Lúcia, 1982. "Operários: Sindicalizações e reivindicações (1970-1980)", in: **Revista de Cultura e Política**, nº 8, junho, S. Paulo, CEDEC/Cortez, p. 90-118.

GUIMARÃES, Iracema Brandão, 1986. "A. Bahia Relações de Trabalho e Novas Condições de Inserção dos Indivíduos nas Atividades Urbanas". **Anais do V Encontro Anual de Estudos Populacionais**, ABEP, p. 945-963.

GUIMARÃES, Leonardo, 1985, B. **Mercado de trabalho urbano no Nordeste**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, mimeo.

HAMILTON, Roberta, 1978. **The Liberation of Women, A Study of Patriarchy and Capitalism**. George Allen & Unwin, Boston, p. 50-75.

HARDING, Sandra, 1981. "What is the Real Material Base of Patriarchy and Capital?" in: **Women and Revolution, A Discussion on the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism**. Ed. Sargent, Lydia, South End Press, Boston, p. 135-164.

HARTMAM, Heidi, 1976. "Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex", in: **Signs, Journal of Women in Culture and Society**, The University of Chicago Press, Spring, vol. 1, nº 3, p. 137-169.

—————, 1981. "The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards A More Progressive Union", in: **Women and Revolution, A Discussion on The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism**. Ed. Sargent, Lydia, South End Press, Boston, p. 1-42.

—————, 1981. "Summary and Response: Continuing the discussion", in **Women and Revolution, A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism**. Ed. Sargent, Lydia, South End Press Political Controversies, Series 2, Boston, p. 363-373.

- HUMPHREY, John, 1984. "Trabalho feminino na grande indústria paulista", **Cadernos CEDEC**, nº 03, S. Paulo, CEDEC, 26 p.
- , HIRATA, Helena, 1984. "Hidden inequalities: Women and men in the labour process", in: **Anais do IV Encontro Nacional**, Vol. 1, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, S. Paulo, p. 271-300.
- JATOBÁ, Jorge; et alli, 1985. **Política de Emprego para o Nordeste**. Ed. Massangana, Ministério do Trabalho, 1985.
- KARTCHEVSKY-BULPORT, Andréa, 1984. "Travail féminin, travail des femmes. Les enjeux des approches des spécialistes" in: CHAUDRON, Marfine et alli, **Le sexe du travail — structures familiales et système productif**. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, p. 145-154.
- KUHN, Annette, 1978. "Structures of Patriarchy and Capital" in **Feminism and Materialism, Women and Modes of Production**, Kuhn, Annette and Wolpe, Ann Marie, (e.d) Routledge and Kegan Paul, London, p. 42-67.
- LEITE, Rosalina de Santa Cruz, 1984. **A Operária Metalúrgica, Estudo sobre as Condições de Vida e Trabalho de Operárias Metalúrgicas na cidade de São Paulo**. Cortez Ed., S. Paulo, p. 9-38.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, 1971. "A Família", em **Homem, Cultura e Sociedade**, Shapiro, Harry (org.), Editora Fundo de Cultura, p. 308-333.
- LOBO, Elisabeth Souza e SOARES, Vera, 1985. "Masculino e Feminino na linha de montagem", trabalho apresentado do Grupo de Trabalho "Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais", IXL Encontro Anual da ANPOCS, S. Paulo, 23 p.
- MACEDO, Carmen Cinira, 1979. **A Reprodução da Desigualdade**, São Paulo, Ed. Hucitec.
- MACKINTOSH, Maureen, 1981. "Gender and Economics: The Sexual Division of Labour and The Subordination of Women", in: **Of Marriage and the Market, Women's Subordination in International Perspective**, Yong, Kate (ed.) C.S.E. Books, London, p. 1-15.
- MADEIRA, Felícia e SINGER, Paul Israel, 1975. "Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil". **Caderno CEBRAP**, nº 13, S. Paulo.

- Mc DONOUGH, Roisin and HARRISON, Rachel, 1978. "Patriarchy and Relations of Production", in **Feminism and Materialism, Women and Modes of Production**, Kuhn, Annette and Wolpe, Ann Marie (orgs.), Routledge and Kegan Paul, London, p. 11-41.
- MARIN, Maria C. de Mello. Alternativas de trabalho e estratégias de consumo de operários numa grande cidade regional" in Leite Lopes, J.S. et alli, **Mudança Social no Nordeste, Reprodução da Subordinação**. Paz e Terra, RJ.
- MEILASSOUX, Claude, 1977. **Mugeres, Graneros y Capitales, Economía Doméstica y Capitalismo**, Siglo Veinteuno Editores, México.
- , 1983' "La Reproduccion Social", in **Estudios Sociológicos**, El Colégio de México, vol. 1, nº 3, sep/.dic., p. 443-458.
- MILKMAN, Ruth, 1976. "Women's Work an Economic Crisis: Some Lessons of the Great Depression", **The Review of Radical Political Economics**, nº 8, p. 73-97.
- , "Female factory labor and industrial structure: control and conflict over woman's place in auto and electrical manufacturing", mimeo.
- MILLET, Kate, 1971. **Sexual Politics**, Doubleday, New York, p. 180-188.
- MITCHELL, Juliet, 1967. "Mulheres: A Revolução mais Longa", **Revista Civilização Brasileira**, ano III, nº 4.
- MITCHEL, Juliet, 1971. **Woman's Estate**, Psychoanalysis and The Family, Vintage Books, N.Y., p. 159-173.
- , 1975. "The Holy Family and Femininity", in **Psychoanalysis and Feminism**, Vintage Books Ed., N.Y. p. 364-382.
- MONTALI, Lília; TELES, Vera da Silva, 1986. "Família e Modo de Vida nas classes trabalhadoras", **Anais do V Encontro Anual de Estudos Populacionais**, Associação Brasileira de Estudos Populacionais.
- MCURA, Edila Arnaud Ferreira et alli, 1984. "A utilização do trabalho feminino nas indústrias de Belém e Manaus", in: **Anais do IV Encontro Nacional**, vol 1, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, S. Paulo, p. 237-270.

- MOURA, Esmeralda Blanco B. de, 1982. **Mulheres e Menores no Trabalho Industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital**. Ed. Vozes, Petrópolis, p. 9-30.
- MOYSES, Rosa Lúcia, 1985. "Sobre o processo e a divisão sexual do trabalho nas indústrias farmacêuticas e de cosméticos", Trabalho apresentado ao grupo de trabalho "Mulheres na Força de Trabalho", IX Encontro Anual da ANPOCS, S. Paulo, 29 p.
- MULLER, Viana, 1977. "The Formation of the State and the Oppression of Women: Some Theoretical Considerations and a case study in England". **Review of Radical Political Economics**, nº 9; vol. 3, London.
- O'BRIEN, Mary, 1981. "The Dialects of Reproduction, and Production-Reproduction" in **The Politics of Reproduction**, Routledge and Kegan Paul, Boston, London and Henley, p. 19-63 e 140-180.
- PENA, Maria Valéria Junho, 1981. **Mulheres e trabalhadoras — presença feminina na constituição do sistema fabril**, Rio, Paz e Terra, 227 p.
- , 1986. "A mulher na força de trabalho" in **BIB — o que se deve ler em ciências sociais no Brasil**, 1, S. Paulo, ANPOCS, Cortez Editora, p. 201-221.
- RAPP, Rayna, 1977. **Gender and Class: An Archaeology of Knowledge Concerning the Origin of the State**, New School For Social Research, NY., mimeo, 309-315.
- RAPP, Rayna; ROSS, Ellen, and BRIDENTHAL, Renate, 1979. "Examining Family", in **Feminist Studies**, vol. 5, nº 1, p. 174-200.
- RODRIGUES, Arakcy Martins, 1978. **Operário, operária, Estudo Exploratório sobre o Operariado Industrial da grande São Paulo**, Edições Símbolo S.A. Ind. Gráficas, S.P., p. 77-101.
- RODRIGUES, Jessita Martins, 1979. **A mulher operária. Um estudo sobre tecelãs**, Ed. Hucitec, São Paulo, p. 45-106.
- ROSENBERG, Terry Fean, 1983. **Women's Productive and Reproductive and Reproductive Roles in the Family Wage Economy: A Colombian Example**, Ohio Wesleyan Univ., p. 1-27.
- SACKS, Karen, 1979. "Revisitando Engels: Mulheres, Organização da Produção e Propriedade Privada", in: **Mulher, Cultura e Sociedade**, Rosaldo, M.Z. e Lamphere, L., (orgs.) Paz e Terra, Rio de Janeiro.

- SAFA, Helen, 1983. "El empleo femenino y la reproduction de la clase obrera en Puerto Rico", **Estudios Sociológicos**, El Colégio de México, vol. 1, nº 3, sep./doc., p. 459-476.
- SAFA, Helen, 1981. "Runaway Shops and Female Employment: The Search for Cheaps Labour", in **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, The University of Chicago Press, vol. 7, nº 2, p. 418-433.
- , "Women, production and reproduction in industrial capitalism: a comparison of Brazilian and U.S. Factory Workers", mimeo.
- SAFFIOTI, Heleíeth, 1978. **Emprego Doméstico e Capitalismo**, Ed. Vozes Ltda, Petrópolis, p. 43-139.
- , 1985, "Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras", trabalho apresentado ao GT "Mulheres na Força de Trabalho", Reunião Nacional da ANPOCS, S. Paulo, mimeo, 77 p.
- SCOTT, Parry R., 1986. "Migrações Inter-Regionais e Estratégia Doméstica", **Revista Brasileira de Estudos de População**, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, vol. 3, nº 1, jan./jun., p. 101-105.
- SECCOMBE, Wally, 1974. "The Housewife and Her Labour under Capitalism", in: **New Left Review**, 83, jan./jul., p. 3-24.
- SMITH, Paul, 1980. "Domestic Labour and Marx's Theory of Value", in **Feminism and Materialism, Women and Modes of Production**. Ed. Kuhn, Annette, and Wolpe, Ann Marie, Routledge and Kegan Paul, London, p. 198-219.
- SPINDEL, Cheywa, 1987. "A Formação de um novo proletariado: os operários do Distrito Industrial de Manaus", IDRC/FAPESP/IDESP, S. Paulo, 90 p.
- SPINDEL, Cheywa, 1987-B. "A mulher frente à crise econômica dos anos 80 (algumas reflexões com base em estatísticas oficiais)", IDESP, nº 18, S. Paulo, 51 p.
- STIVENS, Maila, 1981. "Women, Kinship and Capitalist Development", in **Of Marriage and the Market, Women's Subordination in International Perspective**, edited by Young, Kate, C.S.E. Books, London, p. 112-126.
- STOLCKE, Verena, 1980. "Mulheres e Trabalho", in **Estudos CEBRAP**, nº 26, Rio, Vozes.

- TILLY, Louise A. and SCOTT, Joan W., 1978. "Women in the Family Wage Economy" in **Women, Work & Family**, Holt, Rinchart and Wiston, N.Y., p. 104-105.
- TILLY, Louise A., 1979. "Individual Lives and Family Strategies in the French Proletariat", in **Journal of Family History**, Summer, p. 137-152.
- , 1981. "Paths of Proletarization: Organization of Production, Sexual Division of Labour, and Women's Collective Action", in **Signs: Journal of Women in Culture and Society** Winter, University of Chicago Press, vol. 7, nº 2, p. 400-417.
- TILLY, Louis; COHEN, Mirian, 1982. "Does the Family Have a History?" **Social Science History**, nº 6, vol. 2, p. 131-179.
- WOORTMAN, Klaas, 1984. "A família trabalhadora" in: **Ciências Sociais Hoje — 1984**, S. Paulo, ANPOCS — Cortez Editora.
- , 1985. **Trabalho familiar e campesinato**. Apresentado no "Colóquio Internacional sobre Estrutura do emprego e dinâmica espacial da força de trabalho". CHR/UFBA, Salvador, mimeo.
- YEATMAN, Anna, 1984. "Gender and Sociological Paradigm", University Wisconsin, mimeo.
- YOUNG, Kate, 1977. "Modes of Appropriation and the Sexual Division of Labour: A Case Study from Oaxaca, Mexico", in **Feminism and Materialism, Women and Modes of Production**, Kuhn, Annette, and Wolpe, Ann Marie (eds.) Routledge and Kegan P., London, p. 124-153.